

Cristiano Romero: há várias formas
de fortalecer o Bolsa Família. **Pág. A2**

CRISTIANO ROMERO



Muito além do Bolsa-Família

Nos primeiros nove meses do ano, o governo federal desembolsou R\$ 6,4 bilhões para honrar os pagamentos do Bolsa-Família. Os recursos consumiram apenas 1% do Orçamento da União no período e beneficiaram 45,8 milhões de pessoas, quase 1/4 da população brasileira. O programa, que teve início claudicante na gestão Lula, foi responsável, segundo estudo de Marcelo Néri em co-autoria com dois economistas estrangeiros, por cerca de 40% da redução da desigualdade entre 2001, quando já existia na forma de programas segmentados de transferência de renda, e 2005.

"O Bolsa-Família (BF) é uma política, de fato, eficaz de inclusão social", afirma Luiz Guilherme Schymura, diretor do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia), da FGV. Na próxima Carta do Ibre, que será divulgada na semana que vem, o economista defende a idéia de que o "Bolsa-Família é o caminho para o gasto social" e sugere que, a partir de seu sucesso, o governo repense os programas de transferência de renda. "O BF é muito mais pró-pobre do que os outros programas", diz ele.

Com benefícios mensais que variam de R\$ 8 a R\$ 112, o Bolsa-Família, ao adotar condicionalidades nas áreas de educação e saúde, tem, na avaliação de Schymura, um "componente estrutural" que contribui para a superação da extrema pobreza e da indigência num horizonte inter-geracional. O diretor do Ibre sustenta, inclusive, que a cobrança do cumprimento das condicionalidades, que o governo Lula claramente deixara de lado num primeiro momento, vem sendo implementada.

Schymura acredita que o Bolsa-Família é consequência da demanda da sociedade, pós-ditadura militar, pela redução da desigualdade. Em 22 anos de democracia, os brasileiros teriam optado por eleger governos social-democratas ou de esquerda moderada justamente porque exigiam maior equidade social. A primeira tentativa de se chegar a isso, observa o economista, foi "desastrada" — a Constituição de 88, repleta de boas intenções, não deu ao governo mecanismos efetivos para implementá-las e ainda inspirou a criação de políticas que contribuíram para as crises hiperinflacionárias do período.

"O BF desponta como a depuração de tudo o que foi feito e tentado nos últimos 20 anos", elogia Schymura. O programa, assinala, envolve uma rede complexa que liga o governo a mais de cinco mil cidades e é baseado num sofisticado sistema de saque de dinheiro com cartões magnéticos (registre-se: criado na gestão FHC) e num gigantesco cadastro com informações sobre mais de dez milhões de famílias. "É uma façanha logística e técnica, e é de se admirar que um

É hora de rever outros programas sociais

país emergente como o Brasil tenha conseguido colocar um programa como esse de pé", admira-se o diretor do Ibre.

Outra vantagem do Bolsa-Família é que, ao mapear os lares brasileiros onde imperam a pobreza e a indigência, ele criou a possibilidade, ainda não aproveitada, de adoção de outras políticas estruturantes voltadas para esse universo de pessoas. O governo poderia aplicar medidas focalizadas nas áreas de microcrédito, alfabetização, educação de jovens e adultos, treinamento profissional, saúde, planejamento familiar, crédito habitacional subsidiado, saneamento etc.

Para fazer isso, seria necessário, primeiro, racionalizar os gastos públicos, que vivem escalada perigosa, a ponto de levar o ministro da Fazenda, temeroso de perder os quase R\$ 40 bilhões anuais da CPMF, a fazer ameaças histeriônicas a empresários, senadores, governadores e até contribuintes, caso eles não ajudem a aprovar a prorrogação da contribuição. Uma segunda maneira de fortalecer o Bolsa-Família seria reavaliar a eficácia e o custo-benefício de alguns programas sociais.

Um exemplo: o seguro-desemprego. No ano passado, o governo gastou R\$ 10,3 bilhões nessa rubrica do orçamento, 81,5% a mais do que em 2002. Num fenômeno estranhíssimo, o número de segurados cresceu 20% no período — "há algo de podre no reino da Dinamarca", afinal, nos últimos quatro anos, o índice de desemprego declinou e o emprego com carteira assinada avançou. Nos primeiros três trimestres de 2007, o governo já desembolsou R\$ 9,7 bilhões com seguro-desemprego, 1,5 vez o que foi gasto com o Bolsa-Família no período.

Outro exemplo extravagante, carente de investigação: o auxílio-doença. Comparando-se os primeiros nove meses de 2002 com igual período deste ano, essa despesa cresceu, em termos reais, de R\$ 6 bilhões para R\$ 16,9 bilhões. O número de beneficiários (excluindo aqueles que recebem o seguro em decorrência de acidente de trabalho) pulou de 848.992, em dezembro de 2002, para 1.469.184 no mesmo mês de 2006. Um incremento de 73%. Há três anos, desconfiado de fraude, o governo começou a substituir os médicos-peritos terceirizados por efetivos (concursados), mas a sangria continuou.

"O exemplos desse tipo de distorção são inúmeros e basta examinar com cuidado o emaranhado de programas previdenciários e sociais no Brasil para notar que a eficácia e a focalização do Bolsa-Família são muito mais a exceção do que a regra", observa o diretor do Ibre, acrescentando que, se quer mesmo "resgatar a imensa dívida social brasileira", o governo deve revisar a "parafernália" de políticas redistributivas.

Schymura aposta que uma maneira de reforçar o Bolsa-Família seria adotar novos incentivos monetários voltados à qualidade da educação, área em que o Brasil passa vexame, quando comparado, inclusive, a nações mais pobres. O economista propõe que se introduza um benefício vinculado ao desempenho acadêmico (avaliado por órgãos externos à escola, como o Prova Brasil, do Inep) dos beneficiários do BF. E que se estendam as condicionalidades do Bolsa-Família à pré-escola, "uma fase que os estudos modernos mostram ser decisiva para a capacitação intelectual". "Passamos a dominar a tecnologia da distribuição de renda. Resta-nos fazer do BF a grande estrada que enfim levará a sociedade brasileira a superar a vergonhosa herança de desigualdade e pobreza", diz o diretor do Ibre.